

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO	3
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	5
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
1      INFORMAÇÕES GERAIS	7
2      ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7-15
3      CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
4      CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	16
5      TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	16
6      IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	16-17
7      CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)	17-18
8      FORNECEDORES	19
9      EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	19-20
10     TAXAS REGULAMENTARES	20
11     IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	20
12     DIVIDENDOS	21
13     PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
14     RECEITA LÍQUIDA	23
15     CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	23
16     RECEITA FINANCEIRA	23
17     DESPESA FINANCEIRA	24
18     SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	24
19     GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	25-28
20     SEGUROS	28-29

**AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31/12/12	31/12/11
<b><u>ATIVO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	36.976	34.728
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	4.569	4.661
Títulos e valores mobiliários	5	2.249	2.673
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.091	757
Estoques		214	214
Despesas pagas antecipadamente		186	104
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	7	29.338	27.064
Outros ativos circulantes		4.434	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>79.057</b>	<b>70.201</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos e contribuições a recuperar	6	33	20
Partes relacionadas		-	4.258
Depósitos judiciais		6	6
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	7	14.013	17.483
Investimentos		101	101
Outros investimentos		101	101
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>14.153</b>	<b>21.868</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>93.210</b>	<b>92.069</b>
<b><u>PASSIVO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	8	3.208	131
Empréstimos e financiamentos	9	533	258
Taxas regulamentares	10	91	297
Impostos e contribuições a recolher	11	807	1.027
Dividendos e juros sobre capital próprio	12	4.232	5.041
Partes relacionadas	18	1.078	-
Outros passivos circulantes		44	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>9.993</b>	<b>6.754</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos		3.465	3.991
Taxas regulamentares	10	55	67
Partes relacionadas		8	-
Outros passivos não circulantes		21	-
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.549</b>	<b>4.058</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	13	63.085	63.085
Reservas de lucro		3.978	3.094
Proposta de distribuição de dividendos adicional		12.605	15.078
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>79.668</b>	<b>81.257</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>93.210</b>	<b>92.069</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
 Períodos findos em 31 de dezembro  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Acumulado	
	<u>Notas</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
<b>RECETA LÍQUIDA</b>	14	<b>28.242</b>	<b>32.008</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS</b>	15	(10.401)	(10.939)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>17.841</b>	<b>21.069</b>
Despesas gerais e administrativas		(674)	(659)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>17.167</b>	<b>20.410</b>
Receitas financeiras	16	3.054	3.937
Despesas financeiras	17	(337)	(558)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>19.884</b>	<b>23.789</b>
Imposto de renda e contribuição social		(2.193)	(2.627)
Corrente		(2.193)	(2.627)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>17.691</b>	<b>21.162</b>
<b>LUCRO BÁSICO POR AÇÃO</b>			
Ordinária		<b>0,28</b>	<b>0,34</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

**AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de Lucros</u>				
	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Proposta de Distribuição de Dividendos adicional</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	63.085	2.036	-	11.224	76.345
Reserva de capital	-	-	21.162	-	21.162
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(11.224)	(11.224)
Destinações:					
Reserva Legal	-	1.058	(1.058)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	(5.026)	-	(5.026)
Dividendos propostos	-	-	(15.078)	15.078	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>63.085</u>	<u>3.094</u>	<u>-</u>	<u>15.078</u>	<u>81.257</u>
	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Proposta de Distribuição de Dividendos adicional</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	63.085	3.094	-	15.078	81.257
Lucro líquido do exercício	-	-	17.691	-	17.691
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(15.078)	(15.078)
Destinações:					
Reserva Legal	-	884	(884)	-	-
Dividendos propostos	-	-	(16.807)	12.605	(4.202)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>63.085</u>	<u>3.978</u>	<u>-</u>	<u>12.605</u>	<u>79.668</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
 Períodos findos em 31 de dezembro  
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u> (Reclassificado)
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício (antes dos impostos)	19.884	23.789
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	187	180
	<u>20.071</u>	<u>23.969</u>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
Contas a receber de clientes e outros	92	(759)
IR e CSLL a Recuperar	(820)	(806)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	(235)	(514)
Depósitos judiciais	-	(6)
Despesas pagas antecipadamente	(82)	(57)
Partes relacionadas	4.258	(1.936)
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	4.298	1.707
Outros ativos	(4.434)	-
	<u>3.077</u>	<u>(2.371)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	3.077	(2.354)
Salários e encargos a pagar	-	(126)
Encargos de dívidas e swap pagos	(219)	(141)
Taxas regulamentares	(218)	(308)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	57	(393)
Partes relacionadas	1.086	-
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(1.762)	(1.353)
Outros passivos	65	-
	<u>2.086</u>	<u>(4.675)</u>
<b>CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>25.234</u>	<u>16.923</u>
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>		
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	(3.102)	(5.223)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	-	(2.673)
Resgate de títulos e valores mobiliários	424	(26.420)
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<u>(2.678)</u>	<u>(34.316)</u>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	4.210
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(219)	26.420
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(20.089)	(15.728)
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u>(20.308)</u>	<u>14.902</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>2.248</u>	<u>(2.491)</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	34.728	37.219
Caixa e equivalentes no final do exercício	36.976	34.728
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<u>2.248</u>	<u>(2.491)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u> <b>(Reclassificado)</b>
<b>Receitas</b>		
Vendas de energia, serviços e outros	34.553	38.525
	<u>34.553</u>	<u>38.525</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(10.889)	(11.343)
	<u>(10.889)</u>	<u>(11.343)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>23.664</u>	<u>27.182</u>
Depreciação e amortização	-	1
<b>Valor adicionado líquido</b>	<u>23.664</u>	<u>27.183</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	3.054	3.937
	<u>3.054</u>	<u>3.937</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u><u>26.718</u></u>	<u><u>31.120</u></u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Convênio assistencial e outros benefícios	2	-
<b>Subtotal</b>	<u>2</u>	<u>-</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
PIS/COFINS sobre faturamento	1.305	1.279
Imposto de renda e contribuição social	2.193	2.627
Obrigações intra-setoriais	5.039	5.429
Outros	137	59
<b>Subtotal</b>	<u>8.674</u>	<u>9.394</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros e variações cambiais	337	558
Aluguéis	14	6
<b>Subtotal</b>	<u>351</u>	<u>564</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Dividendos distribuídos	12.604	5.026
Dividendos propostos	4.202	15.078
Lucro retido (Reserva Legal)	885	1.058
<b>Subtotal</b>	<u>17.691</u>	<u>21.162</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u><u>26.718</u></u>	<u><u>31.120</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Afluente-T” ou “Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., foi constituída em 18 de agosto de 2008, originalmente sob a denominação de Imanisse Participações S.A., com o único objetivo social de participar em outras sociedades na condição de acionista ou quotista.

Em 15 de janeiro de 2009 a Afluente Geração de Energia S.A. (“Afluente-G”), anteriormente denominada Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. celebrou Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, com o objetivo de efetuar a segregação das suas atividades de geração e transmissão de energia elétrica (“Reestruturação Societária”), anteriormente exercidas integralmente pela companhia cindida. A cisão parcial e a consequente incorporação da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Afluente-T teve como referência 30 de novembro de 2008, e esteve sujeita à obtenção de prévia aprovação da Reestruturação Societária pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), antes da qual todos os seus efeitos permaneceram suspensos.

No dia 1º de dezembro de 2009 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa n.º 2.219, anuiu a transferência das concessões de transmissão da Afluente-G, sendo necessária a elaboração de novo laudo de avaliação contemplando a atualização dos valores a serem vertidos para a Afluente-T, em decorrência das variações patrimoniais entre a data de referência da cisão parcial (30 de novembro de 2008) e a data do evento societário que aprovou a cisão.

Atualmente a Companhia tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infra-estrutura e serviços ligados a essas atividades.

Com potência instalada de 600 MVA, é composta por ativos instalados nas Subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari, além de 450 km de Linhas de Transmissão. Em 15/05/2011 e 20/06/2011 foi concluída a Instalação do 2º Reator da Subestação de Brumado II e 1º Reator da Subestação de Itagibá, respectivamente.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 30/01/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário.

## 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingência, realização de impostos, contribuições sociais diferidos e base de determinação do ativo financeiro (Nota 07).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

## 2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

## 2.3 – Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

### a) Receita de concessão:

#### Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

#### Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. (vide nota 7)

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está



AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

#### Receita financeira de concessão

A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP). (vide nota 7)

#### b) Receita de Juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

#### 2.4 – Imposto de renda e contribuição social correntes

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

#### 2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2.6 – Instrumentos financeiros

### a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, concessão de serviço público e outros créditos.

#### a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A apropriação no resultado ocorre pelo método de juros efetivos incluído na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8 – Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da disponibilização do uso das linhas de transmissão, e conexão ao Sistema de Transmissão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9 – Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.10 – Recebíveis de concessão de serviço público

Refere-se ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente ou indiretamente, através da receita anual permitida (RAP) e da parcela de indenização do poder concedente ao final da concessão, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. O ativo financeiro é remunerado pela taxa interna de retorno do projeto que foi utilizada para desconto a valor presente do fluxo esperado de recursos incondicionais a serem recebidos ao longo da concessão e da parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente.

Os ativos financeiros estão classificados como contas a receber (Recebíveis de Concessão de Serviços Públicos) e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, utilizado para a apuração da taxa interna de retorno do projeto. Conforme previsto no CPC 38 – Reconhecimento e mensuração.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos. A próxima revisão tarifária está prevista para 2015.

2.11 – Investimentos

Representam quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.12 – Taxas Regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

## 2.13 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.14 – Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

2.15 – Novos Pronunciamentos contábeis

2.15.1 – Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2012

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos – aprovado pela Deliberação CVM Nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial – aprovado pela Deliberação CVM Nº 687, de 04 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM Nº 691, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM Nº 692, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM Nº 693, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM Nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.19 – Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**IFRS 9 Instrumentos Financeiros** – O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

**IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas** - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

**IFRS 11 Operações conjuntas** - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

**IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades** - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Caixa e Depósitos bancários à vista	68	66
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	<u>36.908</u>	<u>34.662</u>
	<u>36.976</u>	<u>34.728</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e demais contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Títulos a receber	(a)	4.569	4.661
Total		<u>4.569</u>	<u>4.661</u>
Circulante		4.569	4.661

(a) Referem-se principalmente ao serviço de transmissão cobrado através da Receita Anual Permitida (RAP); Contrato de Conexão ao sistema de transmissão com a Coelba e Acordo Operativo referente à prestação de serviço de manutenção na UHE Itapebi.

A composição dos prazos de vencimento:

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/12	31/12/11
Setor público	604	-	-	604	782
Setor privado	3.109	10	846	3.965	3.879
Total	<u>3.713</u>	<u>10</u>	<u>846</u>	<u>4.569</u>	<u>4.661</u>

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/12	31/12/11
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	2.249	2.673
Circulante					2.249	2.673

(\*) diversos vencimentos

(a) Corresponde às aplicações no Fundo BB Polo, que não possuem condição de resgate antecipado.

#### 6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/12/12	31/12/11
<b>Circulante</b>			
Imposto de renda - IR	(a)	226	156
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	43	1
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	391	388
Programa de integração social - PIS	(c)	25	9
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	103	40
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	(d)	303	163
		<u>1.091</u>	<u>757</u>
<b>Não circulante</b>			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	33	20
		<u>33</u>	<u>20</u>
Total		<u>1.124</u>	<u>777</u>



AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Corresponde principalmente ao ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo financeiros, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000.

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº. 27/2008.

(d) Corresponde ao INSS retido sobre os contratos de operação entre a Afluente T e Itapebi.

## **7. RECEBÍVEIS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)**

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos através da Remuneração Anual Permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

(b) Parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.

(d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda com vida útil, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

	Ref	31/12/12	31/12/11
Recebíveis	(a)	43.347	44.545
Indenização	(b)	4	2
Total		<u>43.351</u>	<u>44.547</u>
Circulante		29.338	27.064
Não circulante		14.013	17.483

a) Valores de fluxo de caixa futuros projetados descontados a taxa interna de retorno do projeto de parcelas tarifárias correspondentes à remuneração pela infraestrutura (RAP).

b) Parcela de valores residuais de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão.

A formação dos saldos é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	44.547
Adições	3.102
Amortização/reversão	(27.194)
Atualização monetária / valor justo	22.896
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>43.351</u>

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. FORNECEDORES

Fornecedores	31/12/12	31/12/11
Energia elétrica	-	8
Partes relacionadas	-	8
Materiais e serviços	3.208	123
Terceiros	2.835	123
Partes relacionadas	373	-
Total	3.208	131
Circulante	3.208	131

## 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Ref.	Taxa Efetiva	Encargos	Principal		Total	
			Circulante	Circulante	Não circulante	31/12/12	31/12/11
<b>Moeda nacional</b>							
Banco do Brasil	(a)	4,5 a.a. pré-fixada	7	526	3.465	3.998	4.249
<b>Total</b>			7	526	3.465	3.998	4.249

- a) O financiamento com o Banco do Brasil com recursos do BNDES (FINAME) foi obtido para a aquisição da Subestação de Energia de 230/69 KV em Afluente T e está sendo amortizado em 96 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de agosto de 2012 a 15 de julho de 2020. A remuneração é baseada na taxa pré-fixada de 4,50% a.a. Os juros durante a carência são exigidos trimestralmente do período de 31 de agosto de 2010 a 16 de julho de 2012 sendo um total de 7 parcelas.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/12	31/12/11
	Total	Total
	líquido	líquido
2013	-	526
2014	526	526
2015	526	526
2016	526	526
2017	526	526
Após 2017	1.361	1.361
Total obrigações	3.465	3.991
<b>Total</b>	<b>3.465</b>	<b>3.991</b>

A mutação de empréstimos e financiamentos, os quais são integralmente denominados em moeda nacional, está como segue:

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	258	3.991	4.249
Encargos	187	-	187
Transferências	526	(526)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(438)	-	(438)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	533	3.465	3.998

O financiamento com o Banco do Brasil apresenta as seguintes garantias: caução de ações dos acionistas, cessão condicional dos contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão.

#### 10. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Reserva Global de Reversão – RGR		46	75
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		24	21
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	56	259
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		10	9
Ministério de Minas e Energia - MME		10	-
Total		146	364
Circulante		91	297
Não circulante		55	67

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), com o objetivo de serem aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n°s 300/2008 e 316/2008.

#### 11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO A RECOLHER

	31/12/12	31/12/11
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda - IR	180	377
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	179	217
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	-	40
Programa de integração social - PIS	20	32
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	91	98
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	119	71
Imposto sobre serviços - ISS	167	155
Outros	51	37
Total	807	1.027

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12. DIVIDENDOS**

A Assembléia de Acionistas da Companhia aprovou a declaração de dividendos intermediários e propostos, aos seus acionistas da seguinte forma:

<u>Deliberação</u>	<u>Provento</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação ON</u>
<u>2012</u>			
AGO/E de 20 de abril de 2012	Dividendos 2011	20.104	0,318681819
		<u>20.104</u>	
<u>2011</u>			
AGO/E de 29 de abril de 2011	Dividendos 2010	15.744	0,2495649451
		<u>15.744</u>	

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado, ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias “Classe A”. O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b><u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</u></b>		
Ações ordinárias	63.085	63.085
Total	<u>63.085</u>	<u>63.085</u>
<b><u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</u></b>		
Lucro líquido do exercício	17.691	21.162
Constituição da reserva legal	(885)	(1.058)
Base de cálculo do dividendo	<u>16.807</u>	<u>20.104</u>
<b><u>Dividendos mínimos obrigatórios</u></b>	<u>4.202</u>	<u>5.026</u>

A formação dos saldos em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.041
Dividendos	
Declarados	15.078
Propostos	4.202
Pagos no período	<u>(20.089)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>4.232</u>

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 63.085, dividido em 63.085 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social realizado segregado pelos principais acionistas da Companhia é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)			
	Ações Ordinárias		Total	%
	Única	%		
Neoenergia S.A.	55.416	87,84	55.416	87,84
Iberdrola Energia	5.361	8,50	5.361	8,50
Previ	1.446	2,29	1.446	2,29
Outros	862	1,37	862	1,37
<b>Total</b>	<b>63.085</b>	<b>100,00</b>	<b>63.085</b>	<b>100,00</b>

Acionistas	R\$			
	Ações Ordinárias		Total	%
	Única	%		
Neoenergia S.A.	55.416	87,84	55.416	87,84
Iberdrola Energia	5.361	8,50	5.361	8,50
Previ	1.446	2,29	1.446	2,29
Outros	862	1,37	862	1,37
<b>Total</b>	<b>63.085</b>	<b>100,00</b>	<b>63.085</b>	<b>100,00</b>

#### Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**14. RECEITA LÍQUIDA**

Ref.	Acumulado	
	31/12/2012	31/12/2011
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	7.643	6.669
Receita de operação e manutenção	7.643	6.669
Receita de concessão	22.891	23.798
Receita de construção da infraestrutura da concessão	3.102	5.223
Outras receitas	917	2.835
Total receita bruta	34.553	38.525
(-) Deduções da receita bruta	(a) (6.311)	(6.517)
Total receita operacional líquida	28.242	32.008
(a) Deduções da receita bruta		

	Acumulado	
	31/12/12	31/12/11
<b>IMPOSTOS:</b>		
PIS	(233)	(229)
COFINS	(1.072)	(1.050)
ISS	(98)	-
<b>ENCARGOS SETORIAIS:</b>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(642)	(899)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(476)	(345)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(2.442)	(2.473)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(304)	(803)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(1.044)	(718)
Total	(6.311)	(6.517)

**15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Acumulado		Total	Total
	31/12/12	31/12/11		
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(2)	-	(2)	-
Material	(63)	-	(63)	(60)
Serviços de terceiros	(6.783)	(575)	(7.358)	(5.830)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(131)	-	(131)	(191)
Depreciação e amortização	-	-	-	1
Arrendamentos e aluguéis	(6)	(8)	(14)	(6)
Tributos	(16)	(23)	(39)	(59)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(3.102)	-	(3.102)	(5.223)
Outros	(298)	(68)	(366)	(230)
Total custos / despesas	(10.401)	(674)	(11.075)	(11.598)

**16. RECEITA FINANCEIRA**

	Acumulado	
	31/12/12	31/12/11
Renda de aplicações financeiras	3.054	3.927
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	-	10
Total	3.054	3.937

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**17. DESPESA FINANCEIRA**

Despesa Financeira	Acumulado	
	31/12/12	31/12/11
Encargos de dívida	(188)	(180)
Variação cambial	-	(67)
Outras despesas financeiras	(149)	(311)
<b>Total</b>	<b>(337)</b>	<b>(558)</b>

**18. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(a)	Energia comprada	-	-	-	-	8	-
		Uso da Rede	1.322	-	11.530	1.178	-	9.555
		Prestação de serviço	2	-	-	-	-	-
		Outros	-	9	(67)	-	-	23
			<u>1.324</u>	<u>9</u>	<u>11.463</u>	<u>1.178</u>	<u>8</u>	<u>9.578</u>
CELPE	(a)	Uso da Rede	27	-	242	26	-	240
		Debêntures - Aplicação / Emissão	132	-	-	-	-	-
			<u>159</u>	<u>-</u>	<u>242</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>240</u>
COSERN	(a)	Uso da Rede	12	-	100	8	-	93
		Debêntures - Aplicação / Emissão	21	-	-	-	-	-
			<u>33</u>	<u>-</u>	<u>100</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>93</u>
TERMOPERNAMBUCO	(a)	Uso da Rede	5	-	64	6	-	60
			<u>5</u>	<u>-</u>	<u>64</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>60</u>
ITAPEBI	(a)	Uso da Rede	4	-	52	5	-	52
		Prestação de serviço	71	-	893	1.309	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	208	-	-	-	-	-
		Outros	-	-	1.922	-	-	893
			<u>283</u>	<u>-</u>	<u>945</u>	<u>3.236</u>	<u>-</u>	<u>945</u>
NEOENERGIA SERVIÇOS		Prestação de serviço	-	373	(4.391)	-	-	(4.148)
			<u>-</u>	<u>373</u>	<u>(4.391)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.148)</u>
BAGUARI I	(a)	Uso da Rede	-	-	5	-	-	4
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4</u>
AFLUENTE GERAÇÃO		Outros	-	1.077	-	2.336	-	-
			<u>-</u>	<u>1.077</u>	<u>-</u>	<u>2.336</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
ÁGUAS DA PEDRA	(a)	Uso da Rede	3	-	37	3	-	22
			<u>3</u>	<u>-</u>	<u>37</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>22</u>
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	-	-	-	4.415	-
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.415</u>	<u>-</u>
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do B		Dividendos	-	-	-	-	115	-
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>115</u>	<u>-</u>
Iberdrola Energia S.A		Dividendos	-	-	-	-	427	-
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>427</u>	<u>-</u>
Outros Minoritários		Dividendos	-	30	-	-	84	-
			<u>-</u>	<u>30</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>84</u>	<u>-</u>

(a) Cobrança autorizada pelo ONS contra empresas relacionadas correspondente à RAP.



AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **19. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

### Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

### Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.

- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos e financiamentos:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	36.976	36.976	34.728	34.728
Titulos e valores mobiliários	2.249	2.249	2.673	2.673
Contas a receber de clientes e outros	4.569	4.569	4.661	4.661
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	(3.208)	(3.208)	(131)	(131)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(3.998)	(3.998)	(4.249)	(4.249)

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

**Fatores de risco**

- Riscos financeiros
  - Risco de taxa de juros

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	856	642	428

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

- Riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro 2012 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 36.908.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos e financiamentos e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	2013 Menos de 1 ano	2014 Entre um e dois anos	2015, 2016 e 2017 Entre dois e cinco anos	2018 Acima de cinco anos
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	3.208	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	533	-	-	-
<b>Não Circulante</b>				
Empréstimos e Financiamentos	-	526	1.578	1.361

- Riscos operacionais

- Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores relativos ao fornecimento da energia gerada. Este risco é reduzido em função da Companhia manter contratos de fornecimentos de energia com empresas sólidas, sendo seu principal cliente uma empresa relacionada.

- Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

## 20. SEGUROS

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir (Nesta nota valores apresentados em Reais – R\$):

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 31 de dezembro de 2012  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos	Consolidado		
	Data da vigência	Importância	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/12	53.507.007	56.951
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/12	30.000.000	13.791
Veículos	08/10/12	tabela FIPE	2.722

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados – subestações e usinas – pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra danos elétricos.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização – LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral é de R\$ 30.000.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento. O limite máximo de indenização – LMI contratado faz parte de uma apólice de seguro coletiva para todas as transmissoras do grupo Neoenergia.